



**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
E DEFESA DO CONSUMIDOR**

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº L 113/2025.**

**AUTORIA: VEREADOR EDSON CHIQUNI**

**ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A VACINAÇÃO DOMICILIAR DAS PESSOAS COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), NO MUNICÍPIO DE MACAÉ.**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir o direito à vacinação domiciliar para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), residentes no Município de Macaé, quando houver necessidade justificada, como forma de garantir acessibilidade, respeito e proteção à saúde dessas pessoas, diante das dificuldades que podem apresentar em ambientes convencionais de vacinação, como postos de saúde.

A proposta prevê que a vacinação deverá ser realizada por profissionais de saúde capacitados, mediante agendamento prévio com a Secretaria Municipal de Saúde, sendo uma opção facultativa decidida em conjunto com a pessoa com TEA ou seus responsáveis legais.

A Comissão Permanente de Assistência Social e Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições regimentais, analisou o projeto sob os aspectos social, ético, técnico e de interesse coletivo, e manifesta-se favoravelmente ao projeto, com base nos seguintes fundamentos:

- **Relevância Social:** A iniciativa atende a uma demanda concreta de famílias atípicas, que frequentemente enfrentam dificuldades para levar seus filhos ou dependentes autistas às unidades básicas de saúde, devido à hipersensibilidade sensorial, resistência a mudanças de ambiente, entre outros fatores comuns no espectro autista.
- **Princípios de Inclusão e Dignidade:** O projeto está de acordo com os princípios da inclusão social, respeito à diversidade, dignidade da pessoa humana e acesso equitativo aos serviços públicos de saúde, previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Federal nº 13.146/2015, e na Lei Berenice Piana, Lei Federal nº 12.764/2012.
- **Garantia de Direitos:** A proposta reforça o compromisso do Poder Público Municipal com a garantia de direitos das pessoas com deficiência, assegurando



condições adaptadas e seguras para a imunização de pessoas com TEA, sem gerar exclusão ou sofrimento desnecessário.

- **Viabilidade Técnica e Operacional:** A vacinação domiciliar já é uma prática adotada em diversos municípios brasileiros, especialmente para grupos prioritários e pessoas com mobilidade reduzida, sendo plenamente possível a adequação da rede de atenção básica para o atendimento da população com TEA, através do protocolo específico.
- **Impacto Positivo à Saúde Pública:** Ao facilitar o acesso à vacinação para esse grupo, a medida contribui para aumentar a cobertura das vacinas, reduzir riscos epidemiológicos e fortalecer a vigilância em saúde, sendo também uma ação preventiva e de saúde coletiva.

A Comissão Permanente de Assistência Social e Defesa do Consumidor entende que o presente Projeto de Lei está tecnicamente adequado, atende os requisitos legais e as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente, bem como atende ao interesse público promovendo a inclusão social, assegurando direitos fundamentais e contribuindo para o bem-estar das pessoas.

Dessa forma, estando a matéria em conformidade com os ditames legais, na forma do art. 29-A c/c 35, I, do Regimento Interno, esta Comissão opina favoravelmente e consequente debate e votação em plenário desta Câmara Municipal, já que atende os requisitos necessários para tramitação.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2025.

**Leandra Lopes**  
Vereadora  
Relatora

Vereador	Membros	Voto do Parecer	Assinatura
<b>Dra. Mayara Rezende</b>	<b>Presidente</b>	( ) de acordo ( ) contrário	
<b>Paulista</b>	<b>Titular</b>	(x) de acordo ( ) contrário	
<b>Rond Macaé</b>	<b>Suplente</b>	(x) de acordo ( ) contrário	

Parecer: ( ) Aprovado ( ) Rejeitado